



10º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza

**13 e 14 Maio de 2011
Palácio de Egmont, Bruxelas**

**EMPREGO, TRABALHO, BISCATES
A realidade das pessoas que vivem em situação de pobreza e de
exclusão social**

Uma iniciativa da Presidência Húngara da União Europeia
Apoiado pela Comissão Europeia
Organizado com o apoio da European Anti Poverty Network – EAPN
Realizado no Palácio de Egmont, Bruxelas, com o acolhimento do Governo Belga

Introdução

Este documento constitui uma síntese do relatório do 10º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza. O relatório na íntegra encontra-se disponível no *site* da EAPN Europa: www.eapn.eu.

Os momentos chave deste 10º Encontro incluíram: os discursos proferidos na sessão de abertura pelo Presidente, Csaba ORY, Membro do Parlamento Europeu e por Zoltan BALOG, Ministro de Estado e da Inclusão Social da Hungria, as palavras dirigidas aos participantes por Lázlo ANDOR, Comissário Europeu para o Emprego os Assuntos Sociais e Inclusão, o anúncio da organização do 11º Encontro Europeu feito por Poul Skytte CHRISTOFFERSEN, Embaixador da Dinamarca, em representação da futura Presidência Dinamarquesa da União Europeia, bem como a mensagem proferida por um dos delegados do 9º Encontro, Leif JENSEN.

O 10º Encontro constituiu igualmente uma oportunidade para Antonia CARPARELLI, da Comissão Europeia, para Jean LAMBERT, Membro do Parlamento Europeu, Ludo HOREMANS e Fintan FARRELL, da EAPN para apresentar um relatório do acompanhamento das recomendações dos Encontros precedentes. Houve igualmente oportunidade para os delegados colocarem questões e fazerem comentários sobre esses relatórios. Foram ainda apresentados os resultados de um estudo sobre o impacto dos anteriores Encontros pela Sra. Danielle DIERCKX, da Universidade de Antuérpia (BE).

Os participantes sublinharam a importância das apresentações criativas sobre o tema “Emprego, Trabalho e Biscates” que foram apresentados pelas delegações do 10º Encontro, utilizando metodologias como o teatro mímico, filmes/vídeos e apresentações em *power point*. Estas apresentações demonstraram a diversidade e as semelhanças das situações nos Estados Membros que as pessoas que vivem em situação de pobreza enfrentam na procura de um trabalho digno.

O debate e a troca de experiências foram importantes durante os workshops, tendo os resultados sido sumariamente apresentados, em sessão plenária, pelos delegados e por um dos convidados. Antonia CARPARELLI (Comissão Europeia), Mik Wooley (Presidente do Comité do Emprego) Estelle Ceulemans (Comité Económico e Social) e Rebeca SMITH (Business Europe) refletiram sobre os resultados das discussões no âmbito dos workshops e reportaram as diferentes análises sobre emprego, trabalho e biscates. Os participantes tiveram a oportunidade de debater com os oradores e salientar as mensagens-chave das propostas apresentadas.

A Estratégia Europa 2020 vai fazer a diferença?

‘Emprego, trabalho e biscates: a realidade para as pessoas em situação de pobreza e exclusão social’ foi o tema do 10º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza e Exclusão Social, que teve lugar nos dias 13 e 14 de maio de 2011. O encontro foi organizado pela Presidência Húngara da União Europeia, com o apoio da Comissão Europeia e da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), tendo tido como anfitrião o Governo Belga que o acolheu no Palácio de Egmont, em Bruxelas. À semelhança dos últimos nove anos, os delegados eram pessoas em situação de pobreza e exclusão social, organizados em delegações nacionais de 26 países. Participaram ainda no Encontro convidados, nomeadamente decisores políticos de instituições europeias (Comissão Europeia, Parlamento Europeu e os representantes da atual e futuras Presidência da UE – Hungria, Polónia e Dinamarca) organismos nacionais e transnacionais, parceiros sociais (Confederação Europeia dos Sindicatos e a Business Europe), académicos e ONGs.

Num contexto de agravamento da crise, o que torna os empregos ainda mais escassos, os benefícios sociais mais reduzidos e uma deterioração da qualidade de vida para muitas pessoas em situação de pobreza e exclusão social, a questão central para muitos dos presentes era saber se os novos instrumentos implementados, nomeadamente através da Estratégia Europa 2020, iriam realmente fazer a diferença e ter um impacto nas suas vidas.

As pessoas em situação de pobreza tiveram a oportunidade de descrever os principais problemas e apresentar propostas em torno das dificuldades no acesso ao mercado de trabalho e ao emprego. Para a reflexão foi central o facto de, apesar do progresso alcançado nos últimos tempos a nível europeu (e muitas vezes também a nível nacional) em muitos casos, este progresso não é visível ao nível da implementação. Perante o impacto da crise global não se pode esperar mais: “as pessoas em situação de pobreza sentem o impacto da crise mais forte do que os bancos”.

Os convidados presentes ouviram e trocaram ideias com os delegados; cada um deles reafirmou a importância vital em ouvir as pessoas em situação de pobreza na definição de políticas europeias e nacionais.

Mensagens chave do 10º Encontro para o Conselho Europeu do Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores

O tema do Encontro Europeu foi o "Trabalho, Emprego e Biscates: a realidade para Pessoas em Situação de Pobreza e Exclusão Social". A decorrer num contexto de agravamento da crise, o que dificulta o acesso ao emprego, devido à sua escassez, aos benefícios sociais e a uma deterioração da qualidade de vida para muitas pessoas em situação de pobreza e exclusão social, a questão para muitos delegados, era saber se os novos instrumentos postos em prática através da Estratégia Europa 2020 irão realmente fazer a diferença nas suas vidas e nas vidas de seus filhos.

As mensagens chave das pessoas em situação de pobreza são:

- A necessidade de empregos de qualidade: se o emprego é uma das vias para sair da pobreza, então as autoridades públicas e os parceiros sociais têm de assegurar a inversão da tendência dos *working poor* (trabalhadores pobres) e garantir empregos de qualidade, salários dignos, bons sistemas de proteção social e que o respeito pelo trabalho e as responsabilidades privadas são criadas. Empregos precários e de baixa qualidade para pessoas pobres, não podem de forma alguma ser considerados uma resposta.
- A falta de postos de trabalho: Os delegados afirmaram que as pessoas que vivem na pobreza querem trabalhar, mas a realidade é que há mais pessoas a querer trabalhar do que empregos disponíveis. A crise piorou esta situação. Confrontados com esta realidade não é uma opção, para muitas pessoas, aceitar trabalho, devido ao aumento das condições de elegibilidade para receber prestações sociais. Na ausência de postos de trabalho as pessoas necessitam de ter acesso a um rendimento suficiente para viver com dignidade.
- Apoio no acesso ao emprego: Mesmo em caso de dificuldade em encontrar emprego, deve ser disponibilizado apoio específico para as pessoas que vivem em situação de pobreza ou para desempregados de longa duração, no sentido de os ajudar no acesso a um emprego digno. Investir na primeira infância, na escolaridade, incluindo o combate ao abandono escolar precoce e a criação de oportunidades para as pessoas em situação de pobreza de terem acesso à aprendizagem ao longo da vida, são investimentos essenciais para aumentar as oportunidades de acesso ao emprego.
- Combater a discriminação: foi dada uma atenção especial ao problema da discriminação e exclusão de determinados grupos, incluindo: as pessoas com deficiência, migrantes, ex-recusos, desempregados de longa duração e as comunidades ciganas. A implementação de legislação anti-discriminação, devendo ainda ser tomadas ações positivas para superar as barreiras causadas pela discriminação. As dificuldades específicas enfrentadas pelas mulheres, que muitas vezes têm à sua responsabilidade o cuidado de dependentes, e trabalham muitas vezes em sectores com empregos precários e de baixa qualidade, necessitam de uma atenção especial.
- Pôr em prática os compromissos assumidos: os delegados afirmaram que ouviram boas propostas para combater a pobreza neste e nos outros encontros tais como: a meta para reduzir a pobreza, a recomendação da inclusão ativa sobre o rendimento mínimo adequado, o acesso a serviços essenciais e o apoio no acesso ao emprego, o compromisso de estratégias para combater o fenómeno dos sem-abrigo ou da pobreza infantil. Os delegados deixaram uma mensagem clara de que é necessária uma ação real para acompanhar e implementar os compromissos assumidos. Reiteraram que as pessoas em situação de pobreza estão prontas para se envolverem a todos os níveis na implementação das ações necessárias.
- Combater as causas da pobreza e não apenas os seus sintomas: Os delegados reafirmaram que os atuais sistemas económicos e sociais influenciam os níveis e a gravidade da pobreza. Apelam assim às instituições políticas responsáveis que ataquem as causas da pobreza e não apenas os sintomas.

Quanto ao futuro, houve uma chamada de atenção para que o Encontro Europeu ocupe um lugar estrutural na

"Plataforma Europeia de Luta Contra a Pobreza" e que este deve ser apoiado por reuniões realizadas a nível nacional e regional como parte da estratégia de combate à pobreza.

Mensagens e propostas dos *workshops*

No decorrer do Encontro realizaram-se seis *workshops* simultâneos que reuniram participantes de seis delegações nacionais, bem como um vários convidados. Todos os *workshops* abordaram o tema do trabalho, emprego e biscoitos. Com base nos relatórios de cada *workshop*, segue-se uma apresentação que sintetiza as declarações e propostas dos delegados, terminando com as conclusões dos convidados que estiveram presente neste 10º Encontro Europeu.

Empregos de qualidade, salários dignos e direitos sociais

Todos devem ter acesso a um emprego decente, independentemente do tipo de emprego. Tanto a nível europeu como nacional deve assumir-se a responsabilidade e lutar por empregos dignos e sustentáveis.

Propostas

Todos os Estados Membros devem implementar um sistema de rendimento mínimo, acima do limiar da pobreza, que proíbe qualquer discriminação, especialmente relacionada com a idade, o que permitiria levar uma vida digna, com base em indicadores relacionados com um cesto de compras, mas tendo também em consideração outros indicadores tais como o acesso à educação, ao telefone, à internet e a viajar (férias).

Implementação da Recomendação Europeia sobre a Inclusão Ativa, abordando os três pilares do rendimento mínimo adequado (incluindo uma diretiva específica), o acesso a serviços de qualidade e apoio para aceder ao trabalho digno. Tal deve ser feito de forma integrada e não se focar apenas na ativação.

- Prestações sociais dignas para pessoas que não possam trabalhar por motivo de doença grave
- Acabar com a discriminação cultural entre trabalhadores de *colarinho branco* e operários
- Sensibilizar sobre emprego, direitos sociais e a sua implementação
- A liberdade de rejeitar ou aceitar os empregos que são propostos
- Legislação sobre a qualidade do trabalho e um salário digno para os trabalhadores e as suas famílias
- Restrições à insegurança e combater a exploração no trabalho
- Manter um nível de contribuições para apoiar o financiamento do sistema de proteção social
- Salário igual para trabalho igual – inclusive entre mulheres e homens
- Considerar os salários adequados não como um custo para a sociedade mas como um verdadeiro investimento. A remuneração deve refletir a dificuldade do trabalho
- Criar oportunidades em termos de mobilidade, guarda de crianças (oferta de serviços de cuidados infantis) e acesso ao emprego
- Segurança no emprego através de contratos de longa duração e proteger os direitos do trabalho
- Colocar a questão dos *working poor* no topo da agenda
- Apresentar propostas para combater a economia paralela
- Estabelecer normas de qualidade

Educação, formação e aprendizagem

O acesso aos direitos fundamentais para todos deve incluir o emprego, a habitação, a educação e a formação. Os delegados consideram que o acesso à educação e à formação, muitas vezes, não existe ou as ofertas são inadequadas, especialmente para pessoas com necessidades especiais.

Propostas

- Superar as barreiras à educação e formação
- Facilitar o acesso à informação e ao apoio disponibilizado pelos serviços
- Reforçar os mecanismos de monitorização
- Reforçar o apoio a pessoas incapazes de entrar no Mercado de trabalho.
- Facultar informação para todos os desempregados sobre os seus direitos
- Apoio financeiro para aqueles que ingressam em cursos de formação

- Reconhecimento das qualificações
- Parar com os cortes de financiamento à educação, com ou sem austeridade!
- Criar formas de apoiar o acesso ao emprego que incluam os serviços básicos, a habitação, o rendimento mínimo adequado em todos os países, incluindo também aqueles que ainda não têm implementado esquemas de rendimento mínimo.

Serviços de emprego: uma oportunidade perdida?

Muitos delegados referiram as suas dificuldades quando lidam com os centros de emprego. O contacto com estes serviços é muitas vezes vivenciado como mais um obstáculo a ultrapassar e não como uma ajuda para encontrar emprego.

Propostas

- Os serviços de emprego devem funcionar como uma ajuda e não forçar as pessoas a aceitar empregos ou formação desadequada.
- As políticas e os serviços de emprego devem ter em consideração a informação que as pessoas que vivem em situação de pobreza lhes transmitem. Estas pessoas devem ser consideradas como peritos em experiência, que poderão dar contributos valiosos para a elaboração das políticas de emprego e o bom funcionamento dos serviços.
- As ONGs e as empresas sociais, que dão apoio aos grupos excluídos no acesso ao emprego, devem ser financeiramente apoiadas.

Discriminação: um grande obstáculo ao emprego

Para muitos delegados, a dificuldade no acesso ao emprego baseia-se muitas vezes na discriminação de que são alvo.

Propostas

- Acabar com a estigmatização e a discriminação através da implementação de uma forte legislação anti-discriminação
- Serviços de apoio adaptados e personalizados de forma a responder às necessidades específicas e aos obstáculos que os diferentes grupos enfrentam
- Integração de pessoas com deficiência no Mercado de trabalho
- *Workshops* protegidos dirigidos a pessoas com problemas de saúde mental
- Investir na escola e não deixar os jovens “entregues à sua própria sorte” após terem terminado ou abandonado precocemente os estudos
- Acabar com cortes na educação para salvar futuros trabalhadores e investir na aprendizagem ao longo da vida.

Conciliar a vida familiar e profissional, dos cuidadores e dos voluntários

Os delegados referiram a falta de reconhecimento do impacto do desemprego na vida familiar e das dificuldades que enfrentam no acesso, manutenção ou regresso ao mercado de trabalho.

Propostas

- Apoio integrado à família para tratar questões como o rendimento mínimo ou outros subsídios, apoiar e garantir os direitos das crianças à aprendizagem na primeira infância
- Apoiar os pais através da oferta de educação gratuita e um lugar nas creches para todas as crianças
- O “Cuidar” deve ser encarado como um investimento
- Encontrar um equilíbrio entre a licença de maternidade e a licença parental para que ambos os pais possam regressar facilmente ao trabalho
- Dar apoio às famílias para que as mulheres que trabalham possam cuidar dos seus filhos, em vez de confiar essa tarefa/responsabilidade a outra pessoa
- Incentivar aqueles que desejam fazer trabalho voluntário, em vez de criar obstáculos ao voluntariado (como controle, formulários e autorizações)
- Não recrutar apenas com base na experiência mas também de acordo com a experiência de voluntariado.

O direito à dignidade

O ponto de partida deve ser o respeito pelo ser humano. As pessoas devem ser reconhecidas pelo que são.

Propostas:

- Dar dignidade a todos os tipos de trabalho
- Apoiar as pessoas com deficiência, e pais de crianças com deficiência, uma vez que cuidar destas crianças deve ser considerado como um “trabalho”
- Acesso ilimitado aos direitos fundamentais: habitação, emprego, cultura, rendimento mínimo e saúde.

A crise

“As pessoas em situação de pobreza sentem o impacto da crise de uma forma mais severa do que os bancos”. Embora exista uma meta de redução da Pobreza, este fenómeno está a agravar-se devido à crise.

Propostas

- Responder às implicações sociais da crise deve ser uma prioridade
- Reforma social – para reconstruir o sistema social – redistribuição da riqueza – impostos diferentes para grupos diferentes – os sectores empresariais necessitam de ser mais monitorizados
- Reconhecer o endividamento como uma causa da pobreza escondida
- Colocar as pessoas no centro dos esforços da recuperação económica. Uma União Europeia unida pode fazer a diferença no sentido de uma Europa mais social.
- Aplicar impostos sobre transações financeiras
- Redistribuir os lucros dos bancos de forma a contribuírem para uma sociedade mais igualitária
- Parar as deslocalizações
- Parar a concorrência (está provado que não funciona) e descobrir a solidariedade
- Maior cooperação no mercado de trabalho global...

Participação

Os delegados e convidados do Encontro foram unânimes: a voz das pessoas em situação de pobreza deve ser ouvida.

Propostas

- Garantir que os Encontros Europeus de pessoas em situação de pobreza sejam plenamente integrados na Plataforma de Luta Contra a Pobreza
- Desenvolver regras para a participação a todos os níveis
- A participação não deve apenas ser um mero envolvimento; deve ter também como objetivo a obtenção de resultados.

Feedback dos convidados que participaram nos *workshops*

“O problema é a implementação...”

Não é o número de convidados que torna este Encontro tão importante mas sim a presença de representantes de vários organismos: membros do Parlamento Europeu, do Comité de Protecção Social, da Direção Geral do Emprego, da Comissão, administradores... O Encontro reveste-se de uma importância vital, mesmo não usufruindo de um estatuto estrutural.

Uma das mensagens que mais se destacou foi que *“muitos delegados estão, de facto, de acordo com o que foi formalmente acordado a nível da UE, especialmente no que se refere à recomendação sobre Inclusão Ativa com os seus três pilares de rendimento adequado: recursos, acesso ao mercado de trabalho, economia social e participação na sociedade como um cidadão ativo e, acesso aos serviços: guarda de crianças (creches), saúde, habitação e participação... o problema reside na implementação destas situações; precisamos de fazer com que isso aconteça!”* Esta declaração remete para o que foi dito durante o 9º Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza: “não podemos comer papel”.

A segunda constatação é que um emprego é a melhor solução para lutar contra a pobreza. No entanto, vários convidados acrescentaram: sim, mas nem sempre essa é a solução, ou pelo menos a única. Há que considerar a importância de empregos de qualidade, salários decentes, e empregos estáveis, bem como o equilíbrio entre a pessoal e profissional. Como tal, necessitamos de medir o apoio às famílias, por exemplo através da oferta de mais jardins-de-infância, mas é também preciso lutar contra a pobreza infantil: é necessário respeitar os direitos das crianças.

Deve ser dada uma atenção especial ao problema da discriminação e exclusão das pessoas com deficiência, migrantes e comunidades ciganas. A mensagem chave foi sempre no sentido da necessidade de mais solidariedade e uma mais justa distribuição da riqueza e do rendimento na Europa. Por último, mas não menos importante, é crucial dar a palavra às pessoas em situação de pobreza, ouvi-los com atenção e ter em conta as suas opiniões.

Sugestões apresentadas pelos convidados do Encontro

Como previsto, houve um acordo alargado em torno da necessidade de uma implementação real das recomendações da inclusão ativa. Vários convidados avançaram com a proposta de que fosse desenvolvida uma diretiva quadro que obrigasse todos os países a garantir os recursos adequados (utilizando padrões orçamentais), o acesso ao mercado de trabalho, o acesso aos serviços (jardins de infância para todas as crianças) um maior equilíbrio entre a vida profissional e familiar, sem esquecer a inclusão ativa de grupos desfavorecidos (pessoas com deficiência, pessoas com baixos rendimentos, migrantes) recorrendo por exemplo ao emprego protegido, à economia social, etc.

Entre as sugestões apresentadas relativamente à execução das metas fixadas na UE2020, e mais precisamente o objetivo de redução da pobreza, foi mencionada a monitorização e avaliação das metas nacionais inscritas nos Programas Nacionais de Reforma, a aplicação efetiva do artigo 9º do Tratado de Lisboa (avaliação do impacto social) a condução de uma análise seguida da sua disseminação e de boas práticas.

Estas sugestões foram apresentadas perante o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia, o Comité de Proteção Social, o Comité do Emprego (EMCO), o Conselho da Europa e os parceiros sociais. Cada uma destas entidades deve assumir as suas responsabilidades. Por fim, mas não menos importante, todos concordaram que as conclusões do 10º Encontro deveriam ser amplamente divulgadas através das instituições europeias, a começar pela Comissão e pelo Conselho. *“Este Encontro deve assumir um lugar estrutural na Plataforma Europeia de Luta contra a Pobreza”.*

Compromissos assumidos pelos Convidados

Cada um dos convidados do Encontro assumiu o compromisso de levar a experiência destes 2 dias de trabalho, bem como as conclusões daí resultantes, para os seus locais de trabalho de forma a ajudar a cumprir as exigências e recomendações que surgiram ao longo do Encontro. Os parceiros sociais comprometeram-se a seguir e a ajudar os seus membros na aplicação do Acordo Europeu dos Parceiros Sociais no sentido de promoverem um mercado de trabalho mais inclusivo. Há uma frase que resume perfeitamente o sentimento geral: *“se alguma coisa tem que ser lembrada é que a minha participação no Encontro reforçou o meu envolvimento e contributo na luta contra a pobreza e a exclusão social”.*

Agradecimentos

Coordenadora : Micheline GERONDAL

Relatório Final: Pauline GEOGHEGAN

Capa: Apresentação Criativa da Delegação do Reino Unido, desenhada e produzida pela *Migration Voice* e pela *ATD Fourth World*

Este evento foi apoiado pela Comissão Europeia (PROGRAMA PROGRESS) e pela Presidência Húngara da UE. As opiniões expressas neste relatório síntese não refletem necessariamente a opinião da Comissão Europeia ou da Presidência Húngara.